DIÁRIO OFICIAL

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO

Conforme Lei Municipal nº 4.322, de 14 de fevereiro de 2014

www.pereirabarreto.sp.gov.br/diariooficial

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Outros Atos 2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial da Estância Turística de Pereira Barreto, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico da Estância Turística de Pereira Barreto poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico:
www.pereirabarreto.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse:
www.pereirabarreto.sp.gov.br/diariooficial
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto
CNPJ 44.446.904/0001-10
Avenida Cel. Jonas Alves de Mello, 1947
Telefone: (18) 3704-8500

Câmara Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto
CNPJ 55.757.785/0001-33
Rua Cozo Tagucchi, 1423 - Centro
Telefone: (18) 3704-4455

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pereira Barreto
CNPJ 44.447.258/0001-06
Av. Cel. Jonas Alves de Melo, 2026 - Centro
Telefone: 18-3704-2373

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município da Estância Turística de Pereira Barreto garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pereirabarreto.sp.gov.br/diariooficial

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/pereirabarreto

PODER EXECUTIVO

Outros Atos

LEI COMPLEMENTAR Nº 98, DE 30 DE JUNHO DE 2022.

"Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2023, e dá outras providências. "

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 101/2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2023 compreendendo:

I. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II. Orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;

III. Disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

IV. Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

V. Equilíbrio entre receitas e despesas;

VI. Critérios e formas de limitação de empenho;

VII. Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;

VIII. Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX. Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

X. Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI. Definição de critérios para início de novos projetos;

XII. Definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII. Incentivo à participação popular;

XIV. As disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal estão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual – PPA relativo ao período de 2022/2025, no que diz respeito ao exercício de 2023.

§ 1º Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*deste artigo.

§ 2º O projeto de lei orçamentária para 2023 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 3º As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2023 estão definidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2022/2025, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2023 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Seção II

Das Orientações Básicas para a Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, sub-funções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria MOG n° 42/1999, da Portaria Conjunta n° 3/2008 e posteriores alterações, ambas do STN.

Art. 4º Os orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos, discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/1964, e posteriores alterações.

Art. 5º Os orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos, compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, órgãos, autarquias.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I. Texto da lei;

II. Documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III. Quadros orçamentários consolidados;

IV. Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V. Demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

VI. Anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º. Inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I. Demonstrativo da receita corrente líquida de acordo com o art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

II. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos**

Profissionais da Educação;

IV. Demonstrativo dos recursos a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS;

VI. Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2023, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo se forem o caso encaminhará ao Departamento de Contabilidade e Orçamento, até 15 dias antes do prazo definido no *caput*, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade o Orçamento do Poder Executivo, até o dia 30 de julho de 2022, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Parágrafo único. Caso o Poder Legislativo não encaminhe sua proposta orçamentária, serão consideradas as ações e metas contidas no Plano Plurianual, e será desdobrado nos moldes da lei anterior.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e alterações posteriores.

§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2º Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo uma vez não utilizados poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outras finalidades.

Subseção II
Das Disposições Relativas a Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para o pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Parágrafo único. Na estimativa da receita do projeto de lei orçamentária do exercício de 2023, poderão ser incluídas operações de crédito já autorizadas por lei específica e aquelas autorizadas na própria lei orçamentária.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção III
Da Definição de Montante e Fonte de Utilização da Reserva de Contingência.

Art. 16. A lei orçamentária deverá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2023, destinada a atendimentos de passivos contingentes, outros riscos imprevistos e demais créditos adicionais.

Seção III
Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários
Subseção I
Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos

Sociais

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizado as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações e estruturações de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título *"Concurso Público, Processo Seletivo, Contrato por Tempo determinado"*, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º Além de observar as normas do *"caput"*, no exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, somente para o Poder Legislativo, no art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, serão adotadas as medidas que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviços extraordinários para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I. Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilidade;

II. Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III. Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e eficiência na prestação de serviços;

IV. Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I. Atualização da planta genérica de valores do Município;

II. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, isenções, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III. Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV. Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V. Revisão da legislação aplicável ao imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI. Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício de poder de polícia;

VII. Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal, em especial da substituição do caráter subjetivo da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, que leva em consideração a renda do contribuinte, para o critério objetivo, que considera o valor do imóvel;

VIII. A instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o resultado primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da Administração Municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem na diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios de 2023 a 2024, demonstrando a respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado o projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos art. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a) – a implementação das medidas previstas nos art. 18 e 19 desta Lei;

b) – atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

a) implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b) revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos órgãos, entidades e fundos, pertencentes à estrutura do Poder Executivo, no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se do *caput* deste artigo às despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º O Poder Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I. Às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II. Às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III. Às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública;

Parágrafo único. É vedado o repasse de subvenções sociais para entidades cujos dirigentes sejam também agentes políticos do governo concedente.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I. De atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II. Associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas com finalidade lucrativa, ressalvadas as instituídas por lei específica no

âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento comercial e industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos, bem como deverão atender as legislações vigentes, principalmente as Instruções e o Comunicado do TCE-SP.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 29 a 31 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

§ 4º Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual e não se enquadrem nas disposições dos artigos 29 a 31 desta Lei, mediante convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

Art. 36. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único Social.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante autorização prévia na lei Orçamentária, em caráter suplementar.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 38. Fica autorizada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Para atender ao *caput* deste artigo, as entidades da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão a Contabilidade do Município, até 15(quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, os seguintes demonstrativos:

I. As metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II. A programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III. O cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

§ 2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30(trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023;

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observando o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I. Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual - PPA e com as normas desta Lei;

II. Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III. Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV. Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas Audiências públicas para:

I. Elaboração da proposta orçamentária de 2023, mediante regular processo de consulta;

II. Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. As audiências públicas que trata o inciso II deste artigo, será realizada quadrimestralmente, sendo o prazo o mesmo do RGF.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 44. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, até o limite de 15% (quinze por cento), transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

§ 1º As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de Decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

§ 3º Os desdobramentos, transposições ou remanejamentos de dotações do Legislativo, serão remetidos ao Executivo para efetiva consolidação prevista no *caput* do presente artigo.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 47. As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação institucional, de investimentos, de serviços públicos, bem como de campanhas de natureza educativa ou preventiva, excluídas, as despesas com a publicação de editais e outras publicações legais.

Parágrafo único. Os recursos necessários às despesas referidas no *caput* deste artigo deverão onerar as dotações especificas existentes, bem como os elementos de despesas instituídos pelo Projeto AUDESP/TCE-SP.

Art. 48. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, “Francisco Vidal Martins”, 30 de junho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta
Prefeitura, na data supra

.....

LEI Nº 4.920, DE 30 DE JUNHO DE 2022.

Altera dispositivos da Lei nº 3.241 de 04 de novembro de 2003, que denominou a Rua Projetada 7, do Bairro Colinas do Tietê para Rua “Dr. José Mauro Ludovino” e dá outras providências.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município

da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º, da Lei Municipal nº *3.241 de 04 de novembro de 2003, passando a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 1º .....

Parágrafo único. A Rua "Doutor José Mauro Ludovino" limitada ao Bairro Colinas do Tietê, de que trata o caput deste artigo, passa a ter o seu curso prolongado até a intercecção com a Avenida Benedito Jorge Coelho, no Parque Comercial desta cidade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 30 de junho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada nesta
Prefeitura, na data supra

.....

LEI Nº 4.922, DE 30 DE JUNHO DE 2022.

Altera a redação do artigo 1º da Lei 4.044 de 05 de outubro de 2011 que denominou a Rua Perimetral localizada no Jardim Colorado, em Rua Elídio Floriano Benâ.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Lei nº 4.044, de 05 de outubro de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Att. 1º A Rua Perimetral e a Rua Projetada, localizadas no Jardim Colorado, passarão a denominar-se Rua Elídio Foriano Benâ.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 30 de junho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada nesta
Prefeitura, na data supra

.....

LEI Nº 4.923, DE 30 DE JUNHO DE 2022.

"Revoga a Lei Municipal nº 4.516, de 13 de maio de 2016, que dispõe sobre a doação de área de terreno de propriedade do Município, para a instalação de fábrica de tijolos e casas pré moldadas e dá outras providências. "

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada em todos os seus termos a Lei Municipal nº 4.516, de 13 de maio de 2016, que dispõe sobre a doação de terreno de propriedade do Município para instalação de fábrica de tijolos e casas pré moldadas, com alteração dada pela Lei nº 4.561, de 29 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 30 de junho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada nesta
Prefeitura, na data supra

.....

LEI Nº 4.924, DE 30 DE JUNHO DE 2022.

"Revoga as Leis Municipais nº 4.683, de 18 de setembro de 2018 e nº 4.699, de 27 de novembro de 2018, que dispõe sobre a autorização para doação de área de terreno de propriedade do Município, para a empresa Enco - Elétrica Montagem Industrial Ltda.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogadas em todos os seus termos as Leis Municipais nº 4.683, de 18 de setembro de 2018 e nº 4.699, de 27 de novembro de 2018, que autorizou a doação de área de terreno de propriedade do Município para a empresa Enco - Elétrica Montagem Industrial Ltda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 30 de junho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada nesta
Prefeitura, na data supra

.....

LEI Nº 4.925, DE 30 DE JUNHO DE 2022.

"Revoga a Lei Municipal nº 4.309, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a doação de área de terreno de propriedade do Município, para a instalação da empresa Sergoagro Mecânica Ltda".

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada em todos os seus termos a Lei Municipal nº 4.309 de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a doação de área de terreno de propriedade do Município, para a instalação da empresa Sergoagro Mecânica Ltda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 30 de junho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada nesta
Prefeitura, na data supra

.....

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

(art. 72, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021)

PROCESSO ADMINISTRATIVO 139/2022
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 139/2022
DISPENSA 108/2022

Objeto: Aquisição de cortinas para uso nas salas de aula da EMEB "Profª Maria Elza de Aguiar Domingues.

AUTORIZAÇÃO

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município de Pereira Barreto, Estado de São Paulo no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e considerando a regularidade do processo supra, hei por bem de AUTORIZAR a contratação direta, nos termos do art. 72, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, da empresa **APARECIDA JAIR DA SILVA 97524395868** inscrita no CNPJ (MF) sob nº 44.966.772/0001-58, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº 1163, Araçatuba, Estado de São Paulo, pelo valor total de **R$ 25.875,00 (vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais)**. Publique-se na forma do contido no parágrafo único, do art. 72 da Lei 14.133/2.021.

Pereira Barreto, 09 de junho de 2022.
JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito

.....

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

(art. 72, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021)

PROCESSO ADMINISTRATIVO 138/2022
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 138/2022
DISPENSA 107/2022

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com locação de 07 (sete) computadores para uso na EMEB "Profª Maria Elza de Aguiar Domingues", Centro de Formação do Professor e Secretaria Municipal de Educação por um período de 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município de Pereira Barreto, Estado de São Paulo no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e considerando a regularidade do processo supra, hei por bem de AUTORIZAR a contratação direta, nos termos do art. 72, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, da empresa **DURA-LEX DIGIFILM E INFORMÁTICA LTDA** inscrita no CNPJ (MF) sob nº 04.220.636/0001-08, rua Alvares Machado, nº 685, Presidente Prudente, Estado de São Paulo, pelo valor total de **R$ 25.116,00 (vinte e cinco mil, dezesseis reais)**. Publique-se na forma do contido no parágrafo único, do art. 72 da Lei 14.133/2.021.

Pereira Barreto, 15 de junho de 2022.
JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito

.....

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

(art. 72, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021)

PROCESSO ADMINISTRATIVO 152/2022
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 152/2022
DISPENSA 121/2022

Objeto: Contratação da empresa para aquisição de pedra marruada para instalação da encosta localizada próxima a estação elevatória nº 04, no final das tubulações de águas pluviais, para evitar o criadouro do mosquito Aedes e Colix.

AUTORIZAÇÃO

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município de Pereira Barreto, Estado de São Paulo no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e considerando a regularidade do processo supra, hei por bem de AUTORIZAR a contratação direta, nos termos do art. 72, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, da empresa **PEDREIRA TRÊS IRMÃOS EIRELI** inscrita no CNPJ (MF) sob 01.957.989/0001-99 com Fazenda São José, S/Nº - Bairro: Timboré, Andradina, Estado de São Paulo, pelo valor total de **R$ 31.185,00 (trinta e um mil, cento e oitenta e cinco reais)**.

Publique-se na forma do contido no parágrafo único, do art. 72 da Lei 14.133/2021.

Pereira Barreto, 29 de junho de 2022.
JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito

.....

RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 0159/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0128/2022

Objeto: Aquisição de materiais para uso em ligação de água e esgoto nas ruas perimental e benigno lopes. **JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES,** Prefeito da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os termos do processo supra epigrafado. **RESOLVE**, após vistoriar e analisar todo o presente processo verifica-se que a Lei Federal nº 8.666/93 foi aplicada, ficando o procedimento de acordo com os requisitos legais. Dessa forma, **RATIFICA** a referida Dispensa em favor da Empresa **P.B Fer Materiais para Construção LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ nº: 64.676.778/0001-06, no valor de **R$ 13.292,50 (treze mil, duzentos e noventa e dois reais, e cinquenta centavos).** Estância Turística de Pereira Barreto, 06 de julho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
PREFEITO

.....

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7.963/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022

CONTRATADA:**CASA DO ALFALTO DISTRIBUIDORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALSFALTO LTDA**
CNPJ/MF nº 06.218.782/0001-16

Objeto: REGISTRAR OS PREÇOS para aquisição de Emulsão Asfáltica RL-1C, Estabilizante quimico para tratamento de base para pavimentação e diversos materiais de construção civil para manutenção de malha viária urbana e rural e construção e manutenção de guias, sarjetas, galerias de águas pluviais e demais obras de engenharia civil do município, para o período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos a seguir:

Item	Descrição	Unid	Marca	Qtde até	Vr. Unit.	Vr. Total
22	Emulsão Asfáltica RL-1C KG	Kg	C.A	225.000	4,85	1.091.250,00

Valor Total: R$ 1.091.250,00 (hum milhão noventa e um mil duzentos e cinquenta reais).
Data: 01 de julho de 2022
Vigência: 12 meses
João de Altayr Domingues
Prefeito

.....

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7.964/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022

CONTRATADA: **FERNANDO ROGÉRIO MARTIN-ME**
CNPJ/MF nº 60.153.301/0001-87

Objeto: REGISTRAR OS PREÇOS para aquisição de Emulsão Asfáltica RL-1C, Estabilizante quimico para tratamento de base para pavimentação e diversos materiais de construção civil para manutenção de malha viária urbana e rural e construção e manutenção de guias, sarjetas, galerias de águas pluviais e demais obras de engenharia civil do município, para o período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos a seguir:

Item	Descrição	Unid	Marca	Qtde até	Vr. Unit.	Vr. Total
07	Barra de Ferro 5/16 - 1ª linha	BAR	Gerdau	100	47,99	4.799,00
10	Arame Recozido Torcido nº 18 - 1ª linha	KG	Gerdau	80	19,67	1.573,60
11	Cal Liga Original 20kg. - 1ª linha	SC	Itaú	200	14,70	2.940,00
12	Cal para Pintura 08 kg - 1ª linha	SC	Sinhá	500	14,89	7.445,00
13	Fixador de Cola para Pinturas à Base de Cal - 1ª linha	UNI	Junta Líder	500	1,54	770,00
14	Malha Pop. Reforçada 15 x 15 cm 2 x 3 4,2mm - 1ª linha	UNI	Gerdau	100	163,99	16.399,00
16	Areia Grossa - 1ª linha	M3	Brambilla	350	60,00	21.000,00
17	Areia Fina	M3	Brambilla	25	62,00	1.550,00
21	Cimento 50 kg. 1ª linha -(fabricado de acordo com as Norma Tecnica Brasileira ABNT)- Atender as normas: CPII E 32, CP II E 32 RS, CP II F 32, CP II Z 32, CP II Z 32 RS,CP III 40 RS, CP IV 32.	SC	CSN	1.500	38,50	57.750,00

Valor Total: R$ 114.226,60 (cento e catorze mil duzentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).
Data: 01 de julho de 2022
Vigência: 12 meses
João de Altayr Domingues
Prefeito

.....

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7.965/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022

CONTRATADA: **ISRAEL SERENO FERREIRA - ME**
CNPJ/MF nº 07.336.044/0001-36

Objeto: REGISTRAR OS PREÇOS para aquisição de Emulsão Asfáltica RL-1C, Estabilizante quimico para tratamento de base para pavimentação e diversos materiais de construção civil para manutenção de malha viária urbana e rural e construção e manutenção de guias, sarjetas, galerias de águas pluviais e demais obras de engenharia civil do município, para o período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos a seguir:

Item	Descrição	Unid	Marca	Qtde até	Vr. Unit.	Vr. Total
3	Tijolo 8 Furos(bloco) - 1ª linha	MIL	3 Irmãos	20	888,00	17.760,00
4	Tijolo Laminado/Maquinado - 1ª linha	MIL	Potência	30	488,94	14.668,20
5	Barra de Ferro 3/16 - 1ª linha	BAR	Simec	100	19,87	1.987,00
6	Barra de Ferro 1/4 - 1ª linha	BAR	Simec	50	39,94	1.997,00
8	Barra de Ferro 3/8 - 1ª linha	BAR	Simec	100	73,94	7.394,00
9	Resina Bianco para Piso	GLA	Simec	10	194,00	1.940,00

Valor Total: R$ 45.746,20 (quarenta e cinco mil setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos).
Data: 01 de julho de 2022
Vigência: 12 meses

João de Altayr Domingues
Prefeito

.....

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 7948/2022
PROCESSO Nº 147/2022
DISPENSA Nº 116/2022
Contratante: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO
Contratada: SONIA APARECIDA FERREIRA DE AMORIM 09144611846
CNPJ: 29.985.831/0001-53
Objeto: Prestação de serviço de Artesão no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, localizada na Rua Yukio Akiyama, S/Nº - Bairro: COHAB - Pereira Barreto
Valor: R$ 33.60000 (trinta e três mil e seiscentos reais).
Vigência: 27 de junho de 2022 a 26 de junho de 2023
Pereira Barreto/SP, 15 de junho de 2022
JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
PREFEITO

.....

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Processo Licitatório nº 0112/2022
Processo Administrativo nº 0112/2022
Pregão Eletrônico nº 012/2021

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Emulsão Asfáltica RL-1C, Estabilizante quimico para tratamento de base para pavimentação e diversos materiais de construção civil para manutenção de malha viária urbana e rural e construção e manutenção de guias, sarjetas, galerias de águas pluviais e demais obras de engenharia civil do município, para o período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos constantes do **Anexo 01 -**

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o transcurso do procedimento deste Pregão, o qual levou o Pregoeiro a decidir por adjudicar o objeto às empresas:

EMPRESAS	ITENS	VALOR
Casa do Asfalto Distribuidora, Indústria e Comércio LTDA CNPJ nº 06.218.782/0001-16 Valor Total R$ 1.091.250,00	22.	R$ 1.091.250,00
Israel Sereno Ferreira - ME CNPJ nº 07.336.044/0001-36 Valor Total R$ 45.746,20	3,4,5,6,8 e 9.	R$ 45.746,20
Fernando Rogério Martin-ME CNPJ nº 60.153.301/0001-87 Valor Total R$ 114.226,60	7,10,11,12,13,14,16,17 e 21.	R$ 114.226,60
Itens Fracassados	1,2,15,18,19 e 20.	
	TOTAL GERAL	R$ 1.251.222,80

Perfazendo o valor total de **R$ 1.251.222,80** (hum milhão duzentos e cinquenta e um mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta centavos).

RESOLVE:Homologar o presente certame e, para que surta os efeitos normais, **determino** a contratação da empresa vencedora acima mencionada, para que surta os efeitos normais, **determino** a contratação da empresa vencedora acima mencionada, para que dê início a execução objeto licitado.

Estância Turística de Pereira Barreto, 01 de Julho de 2022.
João de Altayr Domingues
Prefeito

.....

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 108/2022
PROCESSO LICITATÓRIO nº 108/2022
PREGÃO, na forma eletrônica nº 010/2022

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanente, compostos por eletrodomésticos, equipamentos de informática, moveis para escritório, móveis escolares padrão FNDE, aparelho de ar condicionado e equipamentos industriais para cozinha, de destinados a diversas unidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e quantitativos constantes do **Anexo I - Termo de Referência, deste Edital.**

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, após parecer jurídico e em conformidade com o transcurso do procedimento deste Pregão, o qual levou o Pregoeiro a decidir por adjudicar os itens do objeto as empresas conforme seguem:

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 08.331.877/0001-77

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total
25	Quadro Branco de Formica	3	R$ 4.250,00	R$ 12.750,00
				R$ 12.750,00

BRISALAR ELETRO ELETRONICOS COMERCIO E SERVICO LTDA
CNPJ: 19.950.400/0001-96

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total
34	Bebedouro Industrial de Água, Reservatório para 50 Lts, Revestido em Aço e Inox.	2	R$ 3.000,00	R$ 6.000,00
46	Bebedouro de coluna para galão de 20 litros	1	R$ 1.550,00	R$ 1.550,00
				R$ 7.550,00

CENTER COPY IMPORTACAO E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 11.268.379/0001-31

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total

2	Impressora multifuncional tanque de tinta	1	R$ 1.600,00	R$ 1.600,00
3	Refrigerador 2 portas 474 litros	11	R$ 4.900,00	R$ 53.900,00
12	Freezer horizontal, 02 tampas, 546 litros	5	R$ 7.850,00	R$ 39.250,00
13	Televisor smartv led 43" Full hd	4	R$ 3.490,00	R$ 13.960,00
15	Tela para projeção 1.80x 1,80tipo tela retrátil	1	R$ 650,00	R$ 650,00
19	Armario de aço (professor)	8	R$ 1.330,00	R$ 10.640,00
20	Bebedouro de mesa inox	1	R$ 980,00	R$ 980,00
29	Fogão industrial a gás, 04 bocas com forno - 1º linha	3	R$ 3.940,00	R$ 11.820,00
32	Caixa de som	4	R$ 1.923,00	R$ 7.692,00
				R$ 140.492,00

EVANDRO MENEGUESSO UTILIDADES
CNPJ: 13.517.306/0001-61

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total
17	Multiprocessador - 1º Linha	1	R$ 5.500,00	R$ 5.500,00
22	Bebedouro Industrial 100L 127V - 3T	1	R$ 3.180,00	R$ 3.180,00
				R$ 8.680,00

GERMANO INACIO NETTO LTDA
CNPJ: 45.163.173/0001-69

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total
10	Conunto carteira infantil fde modelo CJA A3	80	R$ 360,00	R$ 28.800,00
24	Conjunto carteiras fnde infantil modelo CJA 04 fnde fundamental	75	R$ 369,00	R$ 27.675,00
35	Conjunto de carteira fde infantil: Modelo CJA A3 fnde.	88	R$ 420,00	R$ 36.960,00
				R$ 93.435,00

LICITARA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 29.953.468/0001-82

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total
1	Referigerador duplex - Refrigeraodr/freezer	1	R$ 2.890,00	R$ 2.890,00
27	Bebedouro Industrial de Água, Reservatório para 200 Lts, Revestido em Aço e Inox, Tensões	1	R$ 3.050,00	R$ 3.050,00
				R$ 5.940,00

R2W EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 28.071.791/0001-60

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total
5	Fogão industrial 04 bocas	4	R$ 3.000,00	R$ 12.000,00
6	Bebedouro de mesa	1	R$ 700,00	R$ 700,00
7	Conjunto refeitorio infantil	12	R$ 1.557,00	R$ 18.684,00
8	Cadeira giratória para diretor	4	R$ 830,00	R$ 3.320,00
9	Bebedouro 02 torneiras	4	R$ 2.450,00	R$ 9.800,00
11	Mesa professor com cadeira	11	R$ 590,00	R$ 6.490,00
14	Mesa de escritório em l com duas gavetas, medindo altura: 75,00 cm e la	1	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
16	Estante porta livros infantil	37	R$ 630,00	R$ 23.310,00
18	Liquidificador industrial	1	R$ 800,00	R$ 800,00
23	Cj. Mesa professor com cadeira	3	R$ 785,00	R$ 2.355,00
31	Enceradeira industrial	1	R$ 5.378,00	R$ 5.378,00
33	Conjunto refeitório infantil	14	R$ 1.595,00	R$ 22.330,00
37	Cadeira diretor	1	R$ 1.100,00	R$ 1.100,00
38	Arquivo de aço para pastas suspensas com 4 gavetas.	1	R$ 1.669,00	R$ 1.669,00
40	Roupeiro em aço - 16 portas	6	R$ 2.600,00	R$ 15.600,00
41	Roupeiro de aço – 12 portas	1	R$ 2.450,00	R$ 2.450,00
42	Jogo de mesa infantil colorida 04 lugares	2	R$ 887,00	R$ 1.774,00
43	Conjunto coletivo de papinha com 04 lugares	10	R$ 2.890,00	R$ 28.900,00
45	Conjunto de mesa e cadeiras	1	R$ 2.870,00	R$ 2.870,00
				R$ 161.530,00

SUPRIAR - AR CONDICIONADO, COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 13.801.786/0001-98

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total
21	Condicionador de ar 24.000 btu´s/h, tipo split, ciclo frio, classe A.	7	R$ 3.640,00	R$ 25.480,00
				R$ 25.480,00

VK SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ: 08.855.152/0001-88

Item	Descrição	Qtd	R$ Unit.	R$ Total
26	Cadeira Assento/Encosto Secretária, com Rodízios, sem Braços, Regulagem de Altura, Espu	32	R$ 214,00	R$ 6.848,00
				R$ 6.848,00

Itens fracassados e Desertos

Item	Descrição	Qtd
4	Armário de cozinha.	3

28	Armário para cozinha.	5
30	Berço de aço tubular.	36
36	Poltrona acolchoada para amamentar.	4
39	Maquina de lavar roupas 15 kgs.	2
44	Climatizador evaporativo.	3

RESOLVE,

Homologar o presente certame e, para que surta os efeitos normais, **determino** a contratação da empresa vencedora acima mencionada, para que seja fornecido o conteúdo do objeto licitado, e quanto aos itens fracassados, que seja feito compra direta ou inseridos em nova licitação.

Estância Turística de Pereira Barreto/SP, 05 de julho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES

Prefeito

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP
"Secretaria Municipal de Educação"

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA AS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE SUPORTE PEDAGÓGICO: COORDENADOR PEDAGÓGICO DE ENSINO ESPECIALIZADO E COORDENADOR PEDAGÓGICO DE ENSINO FUNDAMENTAL DA EMEB PROFª CELDA MELLO DE OLIVEIRA

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos que, transcorridos os prazos legais, e, mantidas as classificações constantes no Edital de 30 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial na mesma data, página 10, **HOMOLOGA** o Processo Seletivo Interno para a Função Gratificada de Coordenador Pedagógico de Ensino Especializado e Coordenador Pedagógico de Ensino Fundamental da EMEB Profª Celda Mello de Oliveira, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme Decreto nº 5.937 de 03 de maio de 2022.

Pereira Barreto/SP, 06 de julho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP
"Secretaria Municipal de Educação"

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SELETIVO DE PROVAS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES TEMPORÁRIAS DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - INGLÊS

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos que, transcorridos os prazos legais, e, mantidas as classificações constantes no Edital de 30 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial na mesma data, página 09, **HOMOLOGA** o Processo Seletivo de Provas para a preenchimento de funções temporárias de professor de Educação Básica II - Inglês, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme Decreto nº 5.941 de 11 de maio de 2022.

Pereira Barreto/SP, 06 de julho de 2022.

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
Prefeito Municipal

* Republicado por ter saído com incorreções.